

O USO DE ÁREAS VERDES NOS DIAS ATUAIS

BUDNAK, Angélica Samsel¹
RODRIGUES, Ederson²
SAITO, Helena Tiemi³
DAL MOLIN, Thales Felipe⁴
MADUREIRA, Eduardo Miguel Prata⁵

RESUMO

O tema áreas verdes é assunto deste artigo, visto seu mal uso nos dias atuais. Buscou-se com este trabalho ver a história das praças desde o período colonial até dias atuais. Analisou-se as principais influências que as praças brasileiras sofreram, como é o caso da vinda da família real ao Brasil e do paisagista Burle Marx. Fez-se também, um relato justificando a degradação que as praças sofrem atualmente, e do medo que sentem ao frequentar locais vandalizados. A pergunta a ser respondida com esta pesquisa é: como resgatar os locais abertos e naturais com essa nova tendência comportamental individualista de preferir ambientes fechados e seguros? Objetivando relatar a importância de espaços públicos com áreas verdes e segurança. E especificamente: compreender a falta de uso das áreas verdes pela população; com análise nas mudanças de comportamento das pessoas que ocasiona a preferência por ambientes fechados; abordar a perda da identidade dos usuários com os espaços verdes. Conclui-se que é possível reduzir inúmeros problemas relacionados à segurança pública no Brasil, porém apesar de influenciar o comportamento humano, o espaço não é capaz de determinar as posturas a serem tomadas por uma pessoa. Entendemos então que, deve-se ter políticas de revitalização das praças e cuidado com o patrimônio público para que as pessoas possam sentir-se seguras e viver mais ao ar livre em meio às áreas verdes.

PALAVRAS-CHAVE: Áreas verdes. Espaços públicos. Segurança. Tecnologia.

THE GREEN AREAS IN PRESENT DAY

ABSTRACT

The theme of green areas is the subject of this article, since its misuse today. He attempted this work see the history of the streets from the colonial period to the present day. It analyzed the main influences that Brazilian courts have suffered, such as the coming of the royal family to Brazil and landscaper Burle Marx. It also made a report justifying the degradation that the squares are currently suffering, and fear they feel to attend vandalized sites. The question to be answered by this research is: how to rescue the open and natural sites with this new individualistic behavioral tendency to prefer enclosed and safe environments? Aiming report the importance of public spaces with green and safe areas. And specifically: understanding the lack of use of the green areas by the population; with analysis in changing people's behavior which causes the preference for closed environments; minimize the loss of identity of users with green spaces. In conclusion, it can reduce many problems related to public safety in Brazil, but despite influencing human behavior, space is unable to determine the positions to be taken by one person. We understand then that should be taken care of parks and revitalization policies with public property so that people can feel safe and live outdoors amid the green areas.

KEYWORDS: Green areas, Public spaces, Safety, Technology.

1. INTRODUÇÃO

Percebe-se, nos dias atuais, que as áreas verdes não estão sendo priorizadas pela população e pelos gestores públicos, pois há uma tendência em buscar o lazer em ambientes fechados, como *shopping centers*, *lan houses*, cafés, bares, restaurantes, entre outros. Isto acaba ocorrendo, também, em virtude do comportamento causado pelo uso excessivo de computadores, celulares, *tablets*, internet sem fio, entre outras modernidades advindas da tecnologia. Este hábito acaba sendo usado como justificativa para os gestores públicos investirem em outros ramos, deixando as áreas verdes, que poderiam ser locais abertos para lazer, sem sua devida importância.

Observando os costumes cotidianos que podem ser percebidos na população de países mais desenvolvidos, nota-se que o contato com áreas verdes gera benefícios como bem estar, interação social, identidade local, senso de cidadania, entre outros, proporcionando uma interação com o local em que se vive.

É visto que, no Brasil, em muitos casos não existe o mesmo suporte para os espaços públicos que podem ser observados nos países mais desenvolvidos, como segurança, transporte, saúde, educação, entre outros, pois o país sofre de problemas comuns a países que apresentam desigualdades sociais, o que induz ao medo do uso de locais públicos. Então, mediante aos fatos constatados, como resgatar os locais abertos e naturais com essa nova tendência comportamental individualista de preferir ambientes fechados e seguros?

Esta pesquisa se justifica pela necessidade de conscientização da importância do uso das áreas verdes e espaços públicos, devido ao pouco interesse por parte dos entes governamentais na criação destes espaços no planejamento urbano, e conseqüentemente, a falta de interesse no uso dos mesmos pela população.

¹ Arquiteta e Urbanista formada pela Faculdade Assis Gurgacz – angesbud@gmail.com

² Arquiteto e Urbanista formado pela Faculdade Assis Gurgacz – designroded@gmail.com

³ Arquiteta e Urbanista formada pela Faculdade Assis Gurgacz – tiemi-saito@hotmail.com

⁴ Arquiteto e Urbanista formado pela Faculdade Assis Gurgacz – thalesfdm@gmail.com

⁵ Economista. Mestre em Desenvolvimento Regional. Membro do GEPEC – Grupo de Pesquisas em Agronegócios e Desenvolvimento Regional da UNIOESTE – Universidade Estadual do Oeste do Paraná – Campus de Toledo/PR. Professor titular das Faculdades Assis Gurgacz e Dom Bosco. E-mail: emadureira@gmail.com.

Os fatores que geram este afastamento das áreas verdes são principalmente a falta de segurança, identidade do espaço, e distanciamento tecnológico. A segurança nesses locais torna-se comprometida, uma vez que são mal planejados tecnicamente e apresentam espaços isolados por adensamento arbóreo, com baixa, ou nenhuma, iluminação e sem vigilância, gera medo e insegurança nos usuários, seja este usuário um pedestre que circula pelo espaço, ou um usuário de tecnologias móveis, uma vez que nos dias de hoje, é cada vez maior a comunicação por meio destas tecnologias, e o usuário sente a necessidade de estar sempre conectado, fator que também colabora com o distanciamento das áreas verdes.

Por fim, outro fator de grande relevância, é a identidade do espaço, que é algo que está intrínseco ao usuário, ou seja, é uma relação pessoal e cultural. O que nota-se nos dias atuais é a importância dada aos ambientes internos devido aos fatores anteriormente mencionados.

Assim, objetivou-se com esse trabalho relatar a importância de espaços públicos com áreas verdes e segurança, que permitam o uso da tecnologia pela população em momentos de lazer. Para isso, apresentam-se como objetivos específicos: compreender a falta de uso das áreas verdes pela população; analisar a mudança de comportamento das pessoas que ocasiona a preferência por ambientes fechados; abordar a perda da identidade dos usuários com os espaços verdes.

2. URBANISMO

Para compreender a relação entre as áreas verdes e espaços públicos com os usuários que deles usufruem, é necessário recuar no tempo e compreender o processo de formação das praças, bem como a importância urbanística destas.

2.1 A CIDADE E AS PRAÇAS NA IDADE MÉDIA E NO RENASCIMENTO

Conforme Lamas (2000), em relação às praças na idade média, o adro fronteiro à igreja o largo do mercado e demais espaços vazios na cidade medieval não representa a verdadeira praça. Segundo Lacaze (2001), as cidades medievais apresentavam ruas apertadas e tortuosas e havia poucas áreas verdes, construções na linha da rua, as atividades empreendedoras eram adjacentes à rua, sendo que estas atividades nesses espaços eram ao mesmo tempo habitat e local de produção.

É no renascimento que as praças se inserem por definitivo na estrutura urbana, sendo inseridas como parte obrigatória do desenho urbano. Na cidade tradicional, a praça implicava um espaço vazio de permanência. O que distingue a praça de vazios urbanos é a ênfase do desenho urbano como um espaço significativo ao coletivo.

Com o renascimento começou a se pensar a cidade de forma racional. Segundo Glancey (2001), as ruas foram alongadas e as edificações integrando-se ao traçado urbano. Começou-se a inserir monumentos e fontes, e houve um grande esforço em planejar o espaço da cidade, dividido por ruas largas e retilíneas, sendo os eixos das ruas orientados para a direção de destaque, como igrejas, castelos, e monumentos, com praças ordenadas (LACAZE, 2001).

2.2 A CIDADE E AS PRAÇAS APÓS A REVOLUÇÃO INDUSTRIAL

No século XIX, com o avanço industrial e do comércio, tem-se o projeto de ruas retilíneas cercadas por árvores alinhadas. Para Paris, Haussmann sistematiza e reorganiza o espaço, administrando sem preocupação com os efeitos sociais ou especulativos dos processos empregados (LACAZE, 2001).

Com a expansão urbana das cidades é necessário uma nova reestruturação da urbe, onde as indústrias transferidas para um local de passagem, separado por grandes áreas verdes das habitações e centros comerciais, no ponto mais intenso da cidade. O centro de negócios ficaria entre as residências e indústrias, nas confluências das vias de circulação (CIAM, 1933).

2.3 A CIDADE E AS PRAÇAS CONTEMPORÂNEAS

Segundo Lamas (2000), no contexto urbano moderno, a praça permanece em meio a uma dificuldade de delimitação e por sua menor incidência no entorno dos edifícios e fachadas.

Conforme Farah et al (2010), esforços por uma conquista de qualidade ambiental e paisagística nos centros urbanos datam desde os anos de 1960 e 1970, onde se busca através da remodelação dos espaços livres públicos o



reforço de vida coletiva, a valorização cultural, visual, biofísica, da paisagem urbana e regional. Iniciativa que coincide com o processo de urbanização desenfreada de muitos núcleos urbanos do século XX.

Assim, para Farah et al (2010, p.128), “a paisagem em sua totalidade passou a ser afirmada como condutora de processo de ocupação urbana”. Com o crescimento desenfreado das cidades mesmo que esta solicitasse um programa da paisagem, foi se implantando desenfreadamente loteamentos, vias, avenidas sem compensar com oferta de espaços livres que garantisse o caráter estético e ecológico de conservação da paisagem urbana.

Entre 1996 e 2006, diversos acordos foram consolidados, como o Rio +10 e o Protocolo de Kyoto, buscando o desenvolvimento urbano sustentável e envolvendo três premissas fundamentais: meio ambiente; economia; e necessidades sociais. Sendo as necessidades sociais tratadas também na Agenda 21. Desta discussão surgem medidas federais com leis para unidade de conservação, representado pelo Conama, leis da água, representado pelo sistema nacional de gerenciamento de recursos hídricos e lei de crime ambiental (FARAH et al, 2010).

No contexto urbano tendencioso e fragmentado o projeto paisagístico adquiriu importância, sua interpretação recai como paisagem de lugar e reunião distinta em elemento do território seja biofísico, arquitetônicos ou urbanos (FARAH et al, 2010).

Segundo Farah et al (2010), projetar um paisagismo consiste em construir, gerir e principalmente vertebrar os elementos e processos da paisagem, buscando estruturas paisagísticas e possibilidades de criar e instalar um novo conjunto. Deste modo os projetos devem contemplar a relação entre processo natural e cultural, valorizar a singularidade do local, o significado visual, variação e eficiência, funcionalidade e espacialidade de acordo com cada programa. Portanto a atuação deve ser flexível e adaptável, pois o tempo é múltiplo e mudanças espaciais, formais e funcionais são presentes no contexto urbano.

Hoje o projeto paisagístico extrapola suas condicionantes e qualificações tradicionais, devido à complexidade da paisagem urbana. A paisagem é considerada respectivamente integrada a diversos campos disciplinares (FARAH et al, 2010).

Segue a importante função de proporcionar lazer ao homem, trazendo meios para que os grandes centros possam oferecer lugares para descanso, contemplação, paz interior e lazer ativo como centros esportivos e parques. A presença de vegetação nas áreas urbanas melhoram aspectos sociais, econômicos e até políticos das cidades. A arborização urbana neste aspecto é fundamental para esta melhora (FILHO, 2001).

O homem do mundo urbano pode transformar a paisagem das cidades de forma coerente, clara, visível, funcional, organizável no tempo e no espaço, símbolo da vida urbana. A cidade é um espaço com muitas funções, de organização múltiplo e polivalente, e que apresenta diferentes formas percebíveis, sendo adaptável ao contexto do usuário. Conforme Lynch (1999), estas devem apresentar essencialmente algumas funções, como o uso adequado de espaços públicos, bem como buscar o senso de comunidade, esperança e prazer, sendo organizada de forma que se torne identificável e possua significado de lugar pelo cidadão.

As áreas urbanas funcionais possuem estrutura e identidade. Deste modo, o desafio para quem as constrói é descobrir quais são suas imagens fortes, preservá-las, resolver seus problemas perceptivos e trazer a estrutura e identidade das mesmas. As imagens ambientais são produto da interação entre o observador e o seu ambiente, logo a imagem de uma cidade pode variar conforme seu observador. Porém ao urbanista interessam imagens consensuais, ou seja, as imagens públicas (LYNCH, 1999).

A ocupação dos espaços geográficos pelo homem é decorrente do processo econômico que em muitos casos acarreta na ocupação inadequada do lugar. Espaço onde ocorrem diferentes interesses, seja de galhos de plantios produtiva, comerciais, ou de vida material (DIAS 2013).

Deste modo, segundo Dias (2013), a principal função do Planejamento Urbano é governar o espaço habitável, analisando os aspectos socioeconômicos, e propor uma política de desenvolvimento para a urbe que abrangem os interesses da sociedade local regulamentando as atividades dos setores que fazem parte da estrutura urbana.

O urbanismo da cidade e a busca de um modelo alternativo para os problemas da cidade de gestão pós-liberal. Fez com que a arquitetura moderna por meio de artistas e técnicos propusesse um novo método de trabalho diferente do anterior de divisões institucionais (BENÉVOLO, 2003).

Dentro do movimento neoplasticista -Van Doesburg e Mondrian - ao qual coloca “que deveria se superar a divisão tradicional entre arte e técnica”, ideia que faz “desaparecer a diversidade entre método objetivo do trabalho científico e o método subjetivo do trabalho artístico.” Arte e técnica são indivisíveis. Assim o método objetivo experimental e coletivo de pesquisa científica moderna e a base para a nova arquitetura, com ideologia de não pertencer as instituições dominantes nos usos dos instrumentos da ciência e da técnica como poder (BENÉVOLO, 2003).

Na arquitetura moderna – Walter Gropius (1883-1969), Mies van der Rohe (1886-1969), Le Corbusier (1887-1965) introduzem na arquitetura e no urbanismo esse método (BENÉVOLO, 2003).

De acordo com Benévolo (2003), dentro das funções que se desenvolvem na cidade moderna, Le Corbusier classificou-as em: habitar; trabalhar; cultivar o corpo e o espírito; e circulação. Desta classificação, o habitar a

residência, vem a ser o mais importante, esse inseparável dos serviços que a complementa. O autor coloca que os três tipos base para se estabelecer o homem são: a agricultura, a indústria, o comércio. Diferente da cidade pós-liberal que tinha como principal as funções terciárias, comércio e circulação, e as produtivas.

Para recreação deveriam requerer espaços livres adequados, espaços espalhados por toda a cidade “as zonas verdes para os jogos e para o esporte perto das casas, os parques dos bairros, os parques da cidade, as grandes zonas verdes protegidas no território, isto é parques regionais e nacionais”. Diferente da cidade pós-liberal que os espaços são afastados num tecido compacto. Os espaços devem ser únicos com distribuição livremente dos elementos que compõem a cidade (BENÉVOLO, 2003).

Do conceito das funções urbanas da cidade as quais foram separadas em zonas, por planos reguladores que dividiam a urbe em zonas residências, zonas de serviço, zonas industriais etc.; reduzi-o o inconveniente da urbanização da cidade tradicional devido à mistura das funções. Em parte o conceito das moradias individuais são aceitas, pois são mais baratas que a tradicional e se adapta ao conjunto público e particular. Já os conjuntos de habitação maiores, moradia e serviço, são recusados, pois são conflitantes e em desequilíbrio com os interesses dominantes. No contexto da hierarquia das funções, tem recusa dos princípios na premissa da mobilidade, onde o acesso, as ruas de tráfego de veículos, deveria ser separado da rede de rua para pedestre. Recusa-se também na questão das zonas de recreação, espaços verdes, onde estes deveriam se desenvolver formando espaços verdes maiores e unitário (BENÉVOLO, 2003).

Segundo Romero, (2001) tem-se a urgência de desenvolver nas cidades uma cultura de espaços abertos, concepção que abrange a prática social, como atividade de trabalho, consumo, trajetos, lazer, cultura, contexto que influencia e inscrevem a vida cotidiana.

Conforme Waterman (2009), o espaço deve ser projetado para que haja movimento, é inerte até que ocupado pelo movimento, sendo o sítio moldado pela circulação, previsto pelo arquiteto ou padrões já existentes, acentuado pelo paisagista. Um dos exemplos onde o parque é cruzado por rua principal com espaçados regulares nos intervalos é o Central Park de Nova York, locado em uma malha urbana existente com ruas e passarela em nível abaixo que o parque, seus caminhos são largos e ondulados possibilita a mobilidade com rapidez ao ciclismo e pedestre, rodeados por árvores, colinas e caminhos memores proporcionando uma experiência mais agradável ao pedestre.

Pensa-se muito na questão ambiental, porém, Pronsato (2005) aponta que uma questão relevante é o contexto da cidade e seu processo de configuração morfológica, que traz intrínseco como consequência a seus habitantes referências históricas e geográficas.

A utilização humana do espaço apresenta a importância no contexto das interferências sobre o espaço físico, que se apresenta como elemento estruturador, conector, e agregador, princípio de valores e de nova referência para a dinâmica urbana, humana e natural para a melhoria dos espaços. Desafios que incluem conexão da cultura e natureza em diferente escala, inter-relacionar os processos complexos de criação e recriação paisagística permeando a grandeza do espaço e tempo (FARAH *et al*, 2010).

Pode-se criar novas estruturas urbanas através de projetos paisagísticos de referência da trama urbana, leva-se como diretriz para a construção e organização da cidade a paisagem em sua totalidade a qual guiará a estruturação do território. “Isso significa atuar sobre o território segundo os recursos da paisagem e as intenções que direcionam seu desenvolvimento, representando princípios e ações alternativas para a ordenação urbana, a criação e requalificação do lugar” (MOSTAFAVI apud FARAH *et al*, 2010, p.189).

Deste tem-se projetos que valorizam heterogeneidade da paisagem e os processos urbanísticos, individualiza os espaços no território e reforça suas principais características. Traduzindo ao maior cuidado da diversidade biofísica do visual significativo, da conservação e no fomento de diferença social, tipológica e funcional (FARAH *et al*, 2010).

Desta maneira o projeto paisagístico vai além de parque e praças abrangem padrões morfológicos funcionais do contexto problemático urbano. Podem apresentar possibilidades de megaestruturas urbanas, requalificação urbanas, adequação paisagística, planejamento e projeto de urbano-regional e novas geografias (FARAH *et al*, 2010).

Neste conceito de planejamento e projeto de paisagem pode-se buscar compreender e intervir na paisagem sobre circunstâncias que incide a valorização cultural, ambiental e patrimonial. Incluem também a harmonização dos sistemas natural e urbanos, econômico e sociocultural, através de mapeamentos para diagnósticos dos conflitos, problemas, potencialidades e tendências, podendo assim determinar as melhores áreas para ocupação ou preservação, estabelecendo diretrizes para áreas de ocupação como: adequação, preservação, expansão, contenção e consolidação. Institui para viabilização, programas e projetos que previne impactos negativos quanto à conservação e recuperação do espaço natural construído (FARAH *et al*, 2010).

3. HISTÓRIA DAS PRAÇAS BRASILEIRAS

De acordo com Macedo (2010), As praças são áreas de edificações livres, de uso coletivo, e essencialmente urbanas, com propósitos recreativos e de convivência social, acessíveis a todos e livres de veículos.

3.1 AS PRAÇAS NO PERÍODO COLONIAL

Segundo Robba e Macedo (2010), no período colonial não havia possessor absoluto de terra e sim uma ordem de deferimento para uso através de sesmaria que conferia às autoridades religiosas a permissão sobre um quinhão de terra, e se torna zelador pela paróquia com autoridade de dividir esse terreno doado e ofertar partes da propriedade para quem o reivindicasse, originando assim um agrupamento urbano. No entorno da capela, o núcleo, e as cidades foram se formando gradativamente. A área designada defronte à igreja e especialmente o espaço para a construção da praça.

A designação do logradouro como local livre e coletivo, de acordo com a cidade colonial conectava-se mutuamente com suas circunvizinhanças. A área em frente à igreja era fomento para a construção de residências e comércios, sua forma morfológica dava com o início do fortalecimento do edifício em seu arredor. Espaços públicos, praças, e vias nas cidades coloniais eram conformados pelos casarios. As praças coloniais brasileiras tinham caráter convencional e imperante junto à presença de uma instituição religiosa em seu entorno (ROBBA E MACEDO, 2010).

3.2 A VINDA DA FAMÍLIA REAL AO BRASIL

O parque brasileiro opostamente de seu similar europeu, não ocorre da necessidade social de atender as carências das imensas aglomerações dos grandes centros urbanos do sec. XIX. No relato de Macedo e Sakata (2003), o Brasil deste período não apresentava uma malha urbana significativa em qualquer parte do país, mesmo na capital Rio de Janeiro. Possuía a estatura de qualquer cidade europeia do momento, principalmente no que se refere a população e área. O parque é concebido, então como desenho adicional aos panoramas das sociedades emergentes, que comandavam o novo país em construção e que lutavam implantar uma fisionomia urbana equivalente com a de seus interlocutores mundiais, particularmente ingleses e franceses.

Ao longo de três séculos atrás até mesmo as capitais Salvador e Rio de Janeiro, não passavam de agrupamentos de pouco expressividade, pelo motivo de ser estabelecido como simples depósito comercial entre a coroa portuguesa e a Colônia. O século XIX é a oportunidade da construção do Brasil como nação, que precisava mostrar-se como tal, principalmente pela vinda da família real em 1808. Percebem-se vultuosas reformas e modernizações nas antigas vilas e nas cidadelas, que são preparadas para exercer novas e refinadas atribuições administrativas. A cidade do Rio de Janeiro é seguramente a cidade que obtém as mais velozes e imprescindíveis modificações urbanas, e após a proclamação da República, transforma-se na capital de uma recente nação, farto em recurso, trazendo para si aplicações de grande valor oriundos de toda parte do país, segundo Macedo e Sakata (2003).

Segundo os mesmos autores, em meio a este cenário são criados no Rio de Janeiro os três primeiros parques públicos com as estruturas físicas e funcionais que reconhecemos nos dias atuais: o Passeio Público, o Campo de Santana, e o Jardim Botânico.

3.2.1 O Passeio Público

O Passeio Público é considerado o mais antigo parque urbano do Brasil assegura Farah, Schlee, e Tardin (2010), e sua origem antecedeu a própria constituição do país como nação, criado por ordem de vice-rei Luís Vasconcelos de Souza, em 1783, que designou o artista Valentim Fonseca da Silva, importante escultor, arquiteto e urbanista da época para construir em uma área alagadiça e transformá-lo em um espaço ajardinado. Em 1861, passou por uma reforma e ganhou um traçado extremamente geométrico, inspirado nas tradições de desenho do jardim clássico francês por Auguste Marie Glaziou, engenheiro civil e botânico. Ainda que tenha ocorrido essas transformações, o Passeio Público continua sendo o 'único exemplar de jardim público da época colonial do Brasil.

3.2.2 O Campo de Santana

O Campo de Santana segundo Macedo e Sakata (2003), foi o primeiro parque público construído no Segundo Império em 1873, este abrange todos os princípios, conforme os padrões de jardins anglo francês de estilo notadamente romântico. Com base neste princípio, foram concebidos todos os parques modernos de Paris capital cultural e mundial deste período, conforme as atuais práticas modernas foi aplicado por Auguste Marie Glaziou, construído em uma área encharcada, e que por muito tempo, precisamente um quarto de século foi desfrutado como local de lazer pelos habitantes, e prossegue imprimindo o seu caráter projetual aprimorado por ele, em todos os principais projetos no



Brasil, como os jardins do Palácio Imperial da Quinta da Boa Vista, jardins do Palácio Imperial em Petrópolis, e inúmeros jardins particulares.

3.2.3 Os Jardins Botânicos

Os Jardins Botânicos foram concebidos inicialmente como centro de pesquisa da flora tropical com objetivo de levar para Europa, pois segundo Farah, Schlee e Tardin (2010) viam nas plantas nativas grande potencial econômico. Com intuito de adaptar vegetações exóticas e principalmente instaurar a cultura de especiarias do Oriente, foram instalados nas principais aglomerações urbanas a partir do sec. XVIII. Com a vinda de D. João para Rio de Janeiro em 1808, ordenou que fosse construído o jardim botânico do Rio de Janeiro, que foi o segundo por determinação portuguesa e também o único remanescente de vários que foram instituídos no país. Apesar de todos os esforços feitos pelo naturalista brasileiro Manuel Arruda Câmara designado pelos portugueses para criar uma campanha científica pelo nordeste, foram perdendo as características iniciais ao longo dos séculos pelo desinteresse dos naturalistas de prosseguir nesse projeto e modificando gradativamente no decorrer do sec. XIX em parque público.

3.3 A INFLUÊNCIA DE BURLE MARX NO PAISAGISMO BRASILEIRO

Segundo Leenhardt (2006), a partir de 1930 a história do paisagismo brasileiro, vinculou-se na criação reconhecida internacionalmente de Roberto Burle Marx. É a personalidade brasileira de maior prestígio no mundo na atualidade. Nasceu em São Paulo em 1909, e ainda criança passa a morar no Rio de Janeiro. Aos 19 anos, viaja para a Alemanha para tratar de problemas de visão e só retorna ao Brasil em 1929 e no ano seguinte inicia o curso de arquitetura da Escola de Belas Artes.

Fascinado pela flora brasileira, faz inúmeras viagens por todo Brasil em busca de plantas incomuns e exóticas. Gradativamente, torna-se botânico autodidata, profundo conhecedor em plantas tropicais. A ligação de Burle Marx com a natureza é quase uma devoção. Seu respeito ao verde torna-o precursor no combate pela conservação do meio ambiente. Roberto Burle Marx é um artista multifuncional, pintor, designer, arquiteto, paisagista, artista plástico, tapeceiro entre outras. Nas horas livres reúne brinde aos amigos entoando música lírica. Como artista plástico sua produção é extensivamente admirada e laureado em exposições e recintos internacionais. Aos poucos, o nome de Burle Marx paisagista rompe os limites do Brasil deixando sua marca reluzir em milhares de obras espalhados pelo mundo inteiro. Em 61 anos de profissão, Burle Marx assinala mais de dois mil projetos e obtém incontáveis prêmios. Mas, como aponta Matter (2002), a condecoração mais comovente é ver seu nome intitulado um tipo de vegetação tropical: "*Burle Marxii*".

Conforme Leenhardt (2006), a contribuição dos paisagistas resultou em uma herança diversificada. Burle Marx soube explorar tudo isso criando um trabalho personalizado onde a cor, geometria, e a botânica, debaixo de um rígido domínio, e perspicaz atenção para com os frequentadores destes ambientes concebidos. Essa atenção para com público fez chegar-se dos arquitetos e urbanistas percebendo que o seu anseio não era somente criar jardins magníficos residenciais, mas de trabalhar para o coletivo e, portanto, trabalhar para os municípios e para seus parques públicos. Desta forma, foi importante o encontro com Lucio Costa e amigos desde a juventude.

Ele também desempenhou um papel importante no resgate da cultura popular, o espírito desta época era totalmente voltado às influências europeias, impedindo a manifestação da arte brasileira, não apenas na pintura mas igualmente na função de pesquisador botânico e descobridor da flora autóctone. Amante das práticas da arte popular e, particularmente a cerâmica do nordeste se tornou um colecionador, introduzindo a suas criações paisagísticas esculturas do artesanato popular, cita Leenhardt (2006).

E o mesmo autor segue dizendo que Le Corbusier, confiava que a cultura geral, a técnica e a experimentação eram as exigências fundamentais na concepção do jardim moderno. E esse contato multidisciplinar que propicia Burle Marx criar jardins com conceitos modernos, alicerçados em três funções urbanas: higiene, educação, e arte. Referente a higiene, o jardim apresentaria um maciço de vegetação que suavizaria o clima e a poluição Urbana. Como alvo educativo jardim seria uma forma de ensinar, de conduzir ensinamentos por intermédio de grupos de integrantes no qual a vegetação era primordial. E como arte, o Jardim deveria acatar um pensamento ideia principal, um tema, com possibilidades corretas e submetida a uma forma de conjunto a qual foi estabelecida. O primeiro projeto de jardim público de sua carreira executado em Recife, foi a praça Casa Forte, em 1935 e o marco foi o jardins e terraços do Ministério de Educação e Saúde no RJ. Na década de 40 e o período de grandes projetos e grande parte delas acontece na capital mineira. O conjunto da Pampulha concluído em 1942 e o parque Araxá em 1943.

Segundo Leenhardt (2006), entre 1950 a 1960, Burle Marx projetou: o Parque Del Leste, em Caracas; o Jardim do Hospital Sul América; o Jardim da residência Edmundo Cavanellas, RJ; o Parque do Flamengo. Já nos anos 1970,



criou vários projetos em Brasília; a calçada da Avenida Atlântica no Rio de Janeiro; e o projeto paisagístico da Praça Monumento, em Teresina.

Além de Burle Marx, poucos nomes tiveram a chance de desenvolver projetos de qualidade durante um longo período que vai de 1910 a 1950. Como, por exemplo, obras de Dieberger, João e Reinaldo (pai e filho), Valdemar Cordeiro, Teixeira Mendes, e Roberto Coelho Cardozo.

O projeto de Burle Marx pelo seu caráter de alto nível técnico, essencialmente ligado ao público seletivo e refinado para qual era convocado, sempre foi motivo de desenhos aprimorado, favoreceria a manutenção de suas obras. O fato que após a sua morte em 1994, lamentavelmente muitos espaços projetados por esses profissionais foram extintos, trocados pelos modismos e movimentos de renovação, que transmutaram magníficos jardins de estilo rigorosamente moderno em outros espaços, muitos deles motivados por ideias neoecletica (LEENHARDT, 2006)

A partir de 1970, conforme Macedo (2012), surgem diversos profissionais de destaque, a sua maioria arquitetos de formação, como Benedito Abbud, Luciano Fiaschi, Sergio Santana, Rosa Kliass, Fernando Chacel, entre outros.

3.4 AS PRAÇAS CONTEMPORÂNEAS

O termo “contemporâneo” pode ser aplicado de uma maneira geral a qualquer atribuição paisagística realizado atualmente e também feitas anteriormente mas de um passado bem recente pelo Estado, como empresas e corporações privadas e, principalmente a população em geral. De modo que serão evidenciadas as realizações do projeto paisagístico, especialmente aquelas produzidas no contexto urbano no início dos anos de 1990, por arquitetos, arquitetos paisagistas ou paisagistas, portanto foi a década que o paisagismo se fortalece como ramo de atividade profissional e como área de legitimação.

A arquitetura paisagística brasileira contemporânea qualifica-se por uma completa variedade formal e conceitual. Esta se exprime por atuações paisagística oriundas das mais diferentes linhas de pensamento. São acolhidas pelo público desde espaço provido de uma mistura de estilos, no qual elementos de outros períodos, como colunas e gazebo, são introduzidos a jardins tropicais, (quase sempre como atos de revolta, colocados por seus autores, ou muitos casos tipificados por profissionais descompromissado com as tendências neomodernistas), até mesmo os espaços quando o material arquitetônicos adequado e’ o uso de vegetação, há exageros de paginações de piso, do uso de pórtico coloridos e ainda, jardim de nítida inspiração na Belle époque, com topiarias, bordaduras coloridas e parterres⁶.

Como alusão formal destas atuais formas projetuais que se apresentam e se fortalecem durante o ano 1990, elegemos como símbolo inicial dois projetos públicos: o jardim botânico de Curitiba(1991) e a praça Itália de Porto Alegre(1992). Ambos projetos não foram concebidos por profissionais devotados exclusivamente a arquitetura paisagística, mas sim por arquitetos que apenas fizeram uma intervenção em uma área livre, como muitos repetidamente sucedem no país que são excessivamente sugestionados por modismos, especialmente de vanguarda.

A partir dos anos de 1990 e estabelecida uma sucessão de importantes parques urbanos construído a partir de sobras de matas nativas que inicia a valorização da vegetação dos litorais, que se torna, pelo menos em parte, preservada em projetos de estruturação de orlas urbanas.

Nessa mesma década e inserido, em muitos planos diretores, o conceito de parques lineares, que e propagado no início de sec. XX como os parques da maternidade e Tarumã em Rio Branco, intenciona nesses casos a proteção das águas e da mata ciliar, e o aproveitamento de tais terrenos como espaços de recreação, que são possíveis a realização em aglomeração urbana (MACEDO 2012).

O discurso ecológico até então reservado a classes “radicais” espalhou pelas diferentes camadas sociais. Atualmente vivemos as indagações de todos os princípios da sociedade industrial do pós guerra totalmente fundamentado no uso dos combustíveis fósseis, desde a mais tenra idade aprendem a conter o desperdício, do uso material renovável, a valorizar a natureza. Após a festa da exploração desenfreado dos recursos naturais, observamos hoje os esforços para reverter um procedimento cujo efeito parecem aterrorizador. Nesse contexto, a valorização dos espaços gera novas perspectivas, aliando as preocupações e necessidades individuais e coletivas. O que evidenciava pela escassez nos anos 1960, resultou se como empreitada das mais importantes no conjunto de projetos urbanos da atualidade. A capacidade de atrair e combinar tendências e parâmetros, antepondo-se e modificando a percepção em espaço real de circulação e convivência, e o que figura particularidade ao seu trabalho, tornando a obra um modelo exclusivo e inédito. A preservação ambiental, sustentabilidade e qualidade de vida são teor da questão com que o paisagista deve se defrontar.

⁶ Os parterre são os adornos baixos dos jardins, que possuem um grande encanto, especialmente quando se observam de uma posição elevada: as bordaduras podem fazer-se com vários arbustos principais e arbustos secundários de várias cores, formados de diversas maneiras, com compartimentos, folhagem, bordados.

4. O ESTADO DE DEGRADAÇÃO DAS PRAÇAS

Segundo Yokoo e Chies (2009), as praças são espaços livres que nos dias de hoje são vistos pelas pessoas como espaços abandonados, ponto de drogas, e até de prostituição, restando para pequena parcela da sociedade que ainda a usa para o lazer, meditação, ou outras atribuições relativas que pertencem à sociedade.

“O espaço é hoje um sistema de objetos cada vez mais artificiais, povoado por sistemas de ações igualmente imbuídos de artificialidade, e cada vez mais tendentes a fins estranhos ao lugar e a seus habitantes” (SANTOS 1997, p. 51).

As praças são uma forma de paisagem, seja esta bem vista pela sociedade ou não. Paisagem que com o passar do tempo foi transformada pela natureza humana, ou mesmo esquecida por ela. Assim, “Paisagem e espaço não são sinônimos. A paisagem é um conjunto de formas que, num dado momento, exprimem as heranças que representam as sucessivas relações localizadas entre homem e natureza. O espaço são essas formas que a vida anima” (SANTOS, 1997, p. 83).

As praças em sua maioria, no entanto, se reduziram a espaços, sem representatividade de convívio social para as pessoas que por ali transitam, e consequentemente há o descaso do poder público em torná-las espaços de lazer, diversão, datas festivas, dentre outras conotações. Esta perda de representatividade social deu-se especialmente no advento do capitalismo, ou seja, a partir das grandes navegações, conforme Santos (1997).

Ainda segundo o autor, os espaços construídos transformam-se e a paisagem de ontem não é a mesma de hoje, e amanhã, provavelmente será diferente das anteriores. Em se tratando de cidades, isto ocorre ainda com maior velocidade, uma vez que a paisagem urbana é mais dinâmica que a rural. O fluxo de pessoas e de capital é tão grande que as alterações ocorrem com maior dinamismo dentro de um curto espaço de tempo.

Cada vez que a economia, política e as relações sociais mudam, segundo o autor, repercute rapidamente na paisagem que é habitada, pois encontra uma sociedade em constante evolução, e com o passar do tempo deixam as marcas nas edificações, dos usos, dos costumes e dos modismos de sua época, pois o conjunto de elementos da composição da paisagem urbana assumem a função de testemunhos de valores, recordações e fatos, representações vivas da condição humana; fazendo da arquitetura e a arte a representação da história. Sendo assim, a cultura local é expressa de forma abrangente. Nessas perspectivas tem-se nos objetos construídos, a representação e testemunhos de uma época.

Segundo Yokoo e Chies (2009), hoje infelizmente, estes espaços estão na sua maioria mal cuidados refletindo o descaso das autoridades públicas que não os vê com importância. Falta ansiedade política e intelecto ambiental para gerir com eficiência os espaços públicos brasileiros. Sendo mal cuidados, esses espaços públicos têm se tornado até mesmo um perigo para as cidades, uma vez que torna-se pontos de prostituição, comércio e consumo de drogas. Um exemplo de espaço público em abandono é a praça Raposo Tavares de Maringá que segundo as autoras em meio a essas turbulências, a memória do verde, da composição florística e arquitetônica cedeu seu lugar ao medo, a sujeira e até a escuridão.

Ainda para Yokoo e Chies (2009) é necessário que se faça que as praças voltem a ter seu objetivo real e que as pessoas voltem a habitá-las, afim de que se torne um ambiente de descanso, sadio e de contato com a natureza, pois a sociedade sente a falta destes espaços.

4.1 VIDA URBANA E PRAÇA PÚBLICA

Segundo Lima Neto (2007), no Brasil, a partir da metade do século XX, o desenvolvimento urbanístico gerou um processo populacional intenso e acelerado, que trouxe consequências na demanda de serviços de infraestrutura. Essa transformação da paisagem em um cenário de urbanização modifica os elementos naturais, como solo, temperatura, umidade, nebulosidade, mecanismos do vento, pluviosidade, flora e fauna.

Segundo De Angelis (2005), o sentido da praça pública ruiu-se no tempo, perdeu suas características, adquiriu solidão, seu esvaziamento e os rivais anômalos a ela enquanto lugar de encontro e reunião são agora entre outros os shopping-centers, uma vez que mesmo num ambiente artificial induz e reproduz aspectos da natureza num mundo capitalista, em que o ser humano é capaz de prender sua atenção durante horas num ambiente economicamente inviável e num entretenimento estressante, que é fruto da vida urbana.”

Ainda segundo Arfeli (2004), ao lado do traçado urbano, as fachadas arquitetônicas e o mobiliário urbano, as áreas verdes são componentes fundamentais da paisagem urbana, no cenário urbanístico e também tem uma função social. Trata-se de caráter higiênico, de equilíbrio do meio ambiente urbano e de lazer e também é elemento de equilíbrio psicológico, de reconstituição de tranquilidade. Sua distribuição correta do traçado urbano oferece colorido e plasticidade ao meio ambiente urbano.

A ordenação da paisagem urbana segundo Arfeli (2004), deve preocupar-se com a beleza, com a boa aparência, com a dimensão plástica, enfim com a estética das cidades, que mostra efeitos psicológicos importantes sobre seus habitantes e visitantes.

Ainda segundo o autor, a boa apresentação da paisagem urbana e o fácil desempenho das funções da cidade têm direta influência no meio ambiente urbano, somando efeitos sobre todos que dela se utilizam, moradores e visitantes, proporcionando bem estar e condições de habitabilidade, que exerce influência direta na qualidade de vida urbana.

Ainda segundo o autor, perante o importante papel desempenhado pelas áreas verdes no meio ambiente urbano, observa-se que as leis municipais de uso e ocupação do solo urbano, acabam por trata-las como áreas de lazer, o que permite até que sejam constituídas em áreas de preservação permanente, o que pode muitas vezes gerar problemas que afetam as condições de habitabilidade urbana sobretudo ao bem estar da população.

Mesmo servindo de lazer e recreação, como elementos urbanísticos, as áreas verdes também não destinam-se apenas como ornamento urbano, mas desempenham, nos dias atuais, também importante papel sanitário e até de defesa e recuperação do meio ambiente em face da degradação de agentes poluidores, segundo Arfeli (2004).

Segundo Lima Neto (2007) et al, a vegetação urbana desempenha funções importantes nas cidades tais quais, proporcionam bem estar psicológico ao homem, proporcionam melhor efeito estético, proporcionam sombra para os pedestres e veículos, protegem e direcionam o vento, amortecem o som, amenizando a poluição sonora, reduzem o impacto da água de chuva e seu escoamento superficial, auxiliam na diminuição da temperatura, pois absorvem os raios solares, refrescam o ambiente pela grande quantidade de água transpirada, melhoram a qualidade do ar pelas folhas, preservam a fauna silvestre.

Segundo Richter (2013), sabe-se que os parques, foram concebidos e construídos a partir de várias intenções ao longo da história. Há novas adequações a partir das necessidades e da forma a como a comunidade utiliza tais espaços. Assim, espaços naturais existentes em parques públicos urbanos, são essenciais para as cidades quando se trata de questões do homem contemporâneo e, principalmente, sobre a atual degradação ambiental, o rápido crescimento das cidades e a significativa perda da qualidade de vida das populações que aí residem.

Arfeli (2004) diz que o desconforto, a insegurança, a angústia e a má qualidade de vida caracteriza o cenário urbano atual, principalmente nas grandes cidades, deve-se ter a intervenção do Poder Público na ordenação da expansão urbana, sobretudo para garantir a população, nos projetos de parcelamento do solo urbano, áreas verdes e de lazer, proporcionais a densidade de ocupação, pois o Município como executor da política de desenvolvimento urbano e tendo sua função de ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e de garantir o bem estar de seus habitantes, deve então buscar na atividade urbanística voltada ao parcelamento do solo urbano, efetivar a garantia da cidade sustentável ao que se refere no direito ao lazer para as presentes e futuras gerações.

Ainda segundo Arfeli (2004), o ordenamento urbano atual é uma das maiores preocupações e desafios diante do fenômeno da urbanização verificado nas últimas décadas. O rápido processo urbanístico, que atingiu nos últimos séculos quase todos os países, degradou intensamente as cidades que não estavam preparadas para tamanho acréscimo populacional e nem contavam com política e planejamento habitacional.

Conforme aponta Trentin (2010), para requalificar um local deve-se ir além de apenas remodelar o seu espaço físico, deve-se também envolver o sentimento e as relações que a população tem com o local, assim como resgatar e valorizar a diversidade cultural que se torna essencial para a requalificação além do que irá estimular o uso do espaço para o lazer.

5. O MEDO E A VIOLÊNCIA NOS ESPAÇOS PÚBLICOS

De acordo com Cecília Pires (1985), o problema da violência no Brasil é difícil de ser resolvido, enfrentado, e até mesmo discutido, uma vez que envolve, ao mesmo tempo, nossas emoções, ética de vida, crenças, valores, e noção de justiça. A violência urbana não é fenômeno exclusivo de grandes metrópoles, ela existe em todos os tipos de sociedade e cresce com o crescimento das cidades e o processo de metropolização.

O crescimento desordenado das cidades, provocado pelo processo de industrialização, é, conforme aponta Evangelista (2012), um catalisador de novos fenômenos sociais, que, além de alterar os costumes, a economia, o espaço e a demografia, permitem o surgimento de grandes desigualdades que propiciam as práticas violentas, desvios de conduta e crimes.

Segundo Carvalho et al (2011), as práticas violentas são amplamente condenadas pela sociedade, sendo que, quaisquer atitudes relacionadas a esta são repudiadas e banidas. Sendo assim, existe na sociedade uma expectativa relacionada à possibilidade de evoluirmos para uma sociedade onde a violência não exista.

Para tanto, há uma busca por maior visibilidade destes atos ilegais, embora tal visibilidade encontre diversos obstáculos, sendo muitos destes relacionados à configuração do espaço público (CARVALHO et al, 2011).

5.1 A RELAÇÃO ENTRE A CRIMINALIDADE E O ESPAÇO

É notável o medo e a insegurança de frequentar os espaços públicos, observado de modo recorrente na população. De acordo com Carvalho et al (2011), isto ocorre, em parte, porque o regime de controle torna visíveis os atos violentos pela veiculação televisiva dos mesmos. Deste modo, a polícia e a mídia acabam estimulando o medo, que aumenta a sensação de insegurança, e, ao mesmo tempo, gera um empenho voluntário na promoção de um modo de vida não violento. Outro fator que reduz a utilização dos espaços públicos é a gradativa fixação da população nos seus locais de moradia, trabalho e consumo, que, uma vez mais equipados para o lazer e atendimento das demandas sociais, acabam por gerar um esvaziamento do espaço público.

Obviamente, nada disso acontece sem a adesão de uma população cada vez mais temerosa cujo medo foi inflacionado pela sobre-exposição às imagens e discursos da violência nas cidades. Assistimos, assim, a uma proliferação de espaços privados tais como shoppings centers e condomínios residenciais fechados. A promoção desses espaços se realiza pelo argumento de que “não é necessário sair” deles, ou seja, não é necessário passar pelo espaço público das ruas que, mais uma vez, acaba sendo desinvestido e desvalorizado (CARVALHO et al, 2011, p.76).

Para Evangelista (2012), vários crimes ocorrem devido ao desenho ou projeto do lugar em que se encontram. Desta forma, se as características que tornam possível uma prática criminosa forem devidamente analisadas, estas poderão ser erradicadas, contribuindo para a concepção de novos lugares sem esses mesmos erros, prevenindo potenciais problemas.

Ainda de acordo com Evangelista (2012), o mau uso do paisagismo gera um aspecto de desordem advindo da má conservação urbana, o que encoraja delitos, levando ao agrupamento de desordeiros e servindo de abrigo a delinquentes.

É por este motivo que os espaços públicos estão cada vez mais submetidos a procedimentos como a ampliação de visibilidade, onde muros, árvores, prédios, e demais obstáculos físicos à visibilidade, são constantemente alvos de reformas que visam possibilitar visualização imediata de longo alcance (CARVALHO et al, 2011).

Pode-se dizer que nas grandes cidades brasileiras está em curso um redimensionamento estrutural dirigido aos espaços públicos. Os alvos são os parques, as praças e as áreas de lazer, assim como as universidades e outros estabelecimentos cujas reformas, voltadas para facilitação da vigilância, acontecem em ritmo acelerado (CARVALHO et al, 2011, p.71).

Neste contexto, surge também a Prevenção do Crime através da Arquitetura Ambiental, que, de acordo com Crowe *apud* Evangelista (2012), foi primeiramente estudada nos Estados Unidos na década de 60, e sua proposta parte de três estratégias básicas: o controle natural de acesso, que visa obstruir o acesso do delinquente a seu objetivo, provocando sensação de risco para a atividade criminosa; o reforço territorial, que pressupõe que as pessoas vigiem e coíbam posturas antissociais próximas de sua residência, ou até mesmo informem as forças policiais para que sejam tomadas medidas cabíveis; e a vigilância natural, que consiste na ideia de ver e ser visto, ou seja, que a sensação de estar sendo observado iniba a ação do delinquente.

Usado de forma correta, o paisagismo constitui uma barreira natural ou um complemento às barreiras artificiais existentes. Ele ainda serve para incrementar o reforço territorial e delimitar áreas de lazer, como passeios e pontos turísticos, aumentando a vigilância natural (EVANGELISTA, 2012, p.203).

Desta forma, é possível concluir que a redução de inúmeros problemas relacionados à segurança pública no Brasil, pode advir da contribuição de engenheiros, arquitetos, urbanistas, designers e da própria comunidade. Porém, de acordo com Evangelista (2012), é importante frisar que, apesar de influenciar o comportamento humano, o espaço não é capaz de determinar as posturas a serem tomadas por uma pessoa.

6. METODOLOGIA

Utilizou-se neste trabalho a pesquisa bibliográfica para analisar textos científicos, livros, artigos, entre outros, sobre os temas abordados, de forma descritiva e qualitativa, para atingir a compreensão da realidade atual das praças e verificar a relevância destas no contexto urbano.



7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pesquisou-se a respeito do uso das áreas verdes nos dias atuais e a falta de suporte para praças e espaços públicos no Brasil, o que induz ao medo e falta de interesse no uso destes.

O problema instigador da pesquisa foi: como resgatar os locais abertos e naturais com essa nova tendência comportamental individualista de preferir ambientes fechados e seguros?

Buscando responder ao problema da pesquisa, foi elencado como objetivo geral: relatar a importância de espaços públicos com áreas verdes e segurança, que permitam o uso da tecnologia pela população em momentos de lazer. Para o atingimento deste objetivo geral, são definidos como objetivos específicos: compreender a falta de uso das áreas verdes pela população; analisar a mudança de comportamento das pessoas que ocasiona a preferência por ambientes fechados; abordar a perda da identidade dos usuários com os espaços verdes.

Constatou-se que as praças exercem papel importantíssimo na qualidade de vida do homem contemporâneo, com características sanitárias, recuperação do meio ambiente, estético, psicológico, sombra, vento, som, impacto da chuva, temperatura, qualidade do ar, preservação da fauna, entre outras.

Porém, a história mostra que o uso das praças adquiriram novos objetivos, na atualidade as praças exercem efeitos até psicológicos a uma população de pouco lazer. Com o adensamento populacional as cidades sofreram com falta de estrutura urbana. Ocasionalmente falta de espaços públicos de áreas verdes acessíveis e seguras, visto que a criminalidade é um dos maiores problemas urbanos que resultam na falta de uso das praças urbanas.

Nota-se, também, que a criminalidade e medo dos espaços públicos e áreas verdes estão intrinsecamente relacionados ao desenho do projeto e, portanto, a colaboração de arquitetos, urbanistas, engenheiros e designers, na configuração do espaço, permite a concepção de um espaço público o qual uma natureza, segurança, e o modo de vida do homem moderno.

Portanto, considera-se que os objetivos foram alcançados durante o desenvolvimento do trabalho. Porém, a pesquisa não se finda aqui, uma vez que novos estudos e aprofundamentos podem ser realizados em relação a cada aspecto do espaço público e sua relação com o modo de vida dos dias de hoje.

REFERÊNCIAS

ARFELI, A. C. **Áreas Verdes e de Lazer**: considerações para sua compreensão e definição na atividade urbanística de parcelamentos do solo. In: Revista do Direito Ambiental, v. 9, n. 33. p. 33 – 51, jan. / mar. 2004.

CARVALHO, Paulo Roberto et al. Controle, violência e conformação nas cidades brasileiras. **ORG & DEMO**. Marília, v.12, n.1, p. 67-78, jan/jun., 2011.

DE ANGELIS, B. L. D.; DE ANGELIS NETO, G. **Os elementos de desenho das praças de Maringá - PR**. Acta Scientiarum, Maringá, v. 22, n. 5, p. 1445-1454, 2000a.

EVANGELISTA, Felipe Camelo de Freitas. A criminalidade e o planejamento ambiental urbano. **Veredas do Direito**. Belo Horizonte, v.9, n.17, p.197-211, jan/jun., 2012.

LIMA NETO, E. M. de et al. **Análise das áreas verdes das praças do bairro centro e Principais avenidas da cidade de Aracaju-SE**. In: Revista da Sociedade Brasileira de Arborização Urbana, v. 2, n. 1, 2007.

LOBODA, C. R. DE ANGELIS, B. L. D. **Áreas Verdes Públicas Urbanas**: Conceitos, usos e funções, in: *Ambiência – Revista do Centro de Ciências Agrárias e Ambientais*, v. 1, n. 1, jan./jul., Guarapuava, p. 125 – 139, 2005.

PIRES, Cecília. **A violência no Brasil**. São Paulo: Moderna, 1985.

RICHTER, E. M. **Espaços Públicos Urbanos**: Um breve histórico. In: Salão do Conhecimento. UNIJUÍ, 2013.

SANTOS, Milton et al. **Território Globalização e Fragmentação**: Hucitec-Anpur, São Paulo, 1996.



SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço** técnica e tempo razão e emoção. São Paulo: 2006.

TRENTIN, A. P. **Pesquisa para Planejamento e Readequação dos Espaços de Lazer, Esporte e Cultura do Município de Descanso – SC.** Universidade Comunitária da Região de Chapecó. 2010.

YOKOO, S. C. CHIES, C. **O papel das praças públicas:** estudo de caso da praça Raposo Tavares na cidade de Maringá- PR. In: Encontro de Produção Científica e Tecnológica. UEM, 2009.

MACEDO, Silvio Soares; SAKATA Francine Gramacho. **Parques Urbanos no Brasil.** 2ª ed. São Paulo: USP, 2003.

ROBBA, Fabio, MACEDO, SILVIO Soares, **Praças Brasileiras** 3ª ed. São Paulo: USP, 2010.

FARAH, Ivete; SCHLEE, Monica Bahia; TARDIN, Raquel. **Arquitetura Paisagística no Brasil-** São Paulo: Senac, 2010.

LEENHARDT, Jacques. **Nos Jardins de Burle Marx.** São Paulo: Perspectiva, 2000.

MATTER, Gilberto. **Roberto Burle Marx- A Historia do Paisagismo Brasileiro** (2002). Disponível em <http://www.paisagismobrasil.com.br/index.php?system=news&news_id=539&action=read>.

MACEDO, Silvio Soares, **Paisagismo Brasileiro na Virada do Século: 1990-2010.** São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo; Campinas: Unicamp, 2012.

SANTANA, Sergio. **Planejamento e Desenho da Paisagem.** São Paulo: C4, 2010.